

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 022, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal contratar, em caráter temporário de excepcional interesse público, 10 (dez) agentes de combate às endemias, para prestarem serviço junto a Secretaria de Saúde do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, nos termos do art. 196 e incisos II e III do art. 197, da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999, em caráter temporário de excepcional interesse público, 10 (dez) agentes de combate as endemias, para prestarem serviços junto a Secretaria de Saúde.

§1º As contratações destes profissionais terão o prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogados por igual período;

§2º A seleção dos candidatos para a função será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, nos termos da Lei Municipal nº 3.366/10, devendo, ainda, serem preenchidos os seguintes requisitos para o exercício das atividades:

I - haver concluído o ensino médio;

II - ter capacidade física compatível com o cargo que exige caminhar e carregar peso;

III - concluir, com aproveitamento, o curso de capacitação que será ministrado pela Secretaria de Saúde aos Agentes contratados.

§3º Os contratados terão as mesmas atribuições definidas no art. 4º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

§4º A carga horária dos contratados serão de 40 (quarenta) horas semanais, não podendo ultrapassar as oito horas diárias, salvo as hipóteses elencadas no art. 57 da Lei Municipal nº 1.108/99.

§5º A remuneração salarial dos contratados serão equivalentes a remuneração do emprego de agente comunitário de saúde no Município, ou seja, de R\$ 902,84 (novecentos e dois reais e oitenta e quatro centavos), bem como, também, são estendidos os demais benefícios concedidos aos agentes comunitários de saúde.

§ 6º Em caso de rescisão contratual, poderá ser firmado novo contrato pelo período remanescente.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 372. Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Saúde; Unidade: 02 - Fundo Municipal da Saúde - FMS; Funcional 103010109; Projeto/Atividade: 2047000 - Assistência Médica, Odontológica e Sanitária; Elemento: 3.3.1.9.0.04.00.00 - contratação por tempo determinado aos Profissionais de saúde; Recurso: 0040 - ASPS.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 18 de março de 2016.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

THAÍS ALMARA QUINTANA
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 022, de 18 de março de 2016, que ***“Autoriza o Poder Executivo Municipal contratar, em caráter temporário de excepcional interesse público, 10 (dez) agentes de combate às endemias, para prestarem serviço junto a Secretaria de Saúde do Município e dá outras providências .”***

O presente Projeto de Lei se faz imprescindível em razão do grande aumento de risco de epidemias de Dengue, Chikungunya e Zica Vírus, que é noticiado nos veículos de comunicação. Ainda, há comunicação, diariamente, ao departamento de vigilância em Saúde de notificações de suspeitas de dengue no Município.

Ressalta-se ainda que o Município de Eldorado do Sul, por sua localização geográfica, compõe o Plano de Contingência Estadual da Dengue. E, ainda, considerando o estado de Emergência em Saúde Pública de importância nacional (ESPIN) devido ao padrão de ocorrência de microcefalia no Brasil, declarada pela Portaria ministerial nº 1813, de 11 de novembro de 2015, é imprescindível que o Município contenha toda e qualquer epidemia nos limites de seu território.

Assim, por se tratar de contratação para a função de agente de combate às endemias, profissional da área da saúde cuja função é prestar serviço essencial à saúde pública, entende-se configurado a contratação de caráter temporário de excepcional interesse público, nos termos do art. 196 e incisos II e III do art. 197 ambos da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999.

A contratação dos profissionais serão efetivadas nos termos da Lei Municipal nº 3.366/10.

Sendo assim, e contando com a vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal